

Revista Brasileira de Educação do Campo

The Brazilian Scientific Journal of Rural Education

THEMATIC DOSSIER / ARTIGO/ARTICLE/ARTÍCULO

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2018v3n4p1156>



Feminismo camponês e popular: uma história de construções coletivas

Michela Calaca¹, Isaura Isabel Conte², Catiane Cinelli³

¹Universidade Federal Rural do semiárido - UFRSA. Centro de Sociais Aplicadas e Humanas. Av. Francisco Mota, 572, Costa e Silva. Mossoró - RN. Brasil. ²Universidade Federal de Rondônia - UNIR. ³Universidade Federal de Rondônia - UNIR.

Autor para correspondência/Author for correspondence: michela.calaca@gmail.com

RESUMO. O artigo descreve e analisa o processo de construção do Feminismo Camponês e Popular no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), sendo esse um assunto novo nos estudos acadêmicos. A metodologia utilizada é a pesquisa participante e a pesquisa-ação devido à inserção direta das autoras nesse movimento há mais de quinze anos. Como parte dos resultados dessa inserção, temos três dissertações de mestrado (Conte, 2011; Cinelli, 2012; Santos, 2012) e duas teses de doutorado (Conte, 2014; Cinelli, 2016). Além disso, houve a participação das autoras no processo de debate sobre o Feminismo Camponês e Popular no MMC nos últimos três anos. Destacamos como aspecto relevante o fato de que o Feminismo Camponês e Popular é fruto da identidade coletiva das mulheres do MMC em luta. Sobretudo, ele é construído na articulação com outras organizações camponesas de mulheres e feministas, ancoradas no universo de trabalho, na defesa da agroecologia e na liberdade/libertação, almejando a construção de uma sociedade justa e solidária, ou seja, socialista.

Palavras-chave: Feminismo Camponês e Popular; Movimento de Mulheres Camponesas; Lutas.



Peasant and popular feminism: a history of collective constructions

ABSTRACT. The following article describes and analyses the process of construction of the Peasant Popular Feminism in the Peasant Women's Movement (MMC), a new subject of academic studies. The methodology used is participatory action research, given the direct immersion of the authors in said movement for more than fifteen years. As part of the results of this immersion, we have three Master's dissertations (Conte, 2011; Cinelli, 2012; Santos, 2012) and two Doctorate's theses (Conte, 2014; Cinelli, 2016). Furthermore, the authors were involved in the process of debating the Peasant Popular Feminism in MMC for the past three years. We highlight the relevance of the fact that the Peasant Popular Feminism is fruit of the collective identity of the fighting MMC women. Above all, it is constructed in dialogue with other peasant's organizations of working women and feminists, in the defense of agroecology and freedom/liberation, and hoping to build a fair and solidary, that is to say, socialist society.

keywords: Peasant Popular Feminism; Peasant Women's Movement; Fights.

Feminismo campesino y popular: una historia de construcciones colectivas

RESUMEN. El presente artículo describe y analiza el proceso de construcción del Feminismo Campesino y Popular en el Movimiento de Mujeres Campesinas (MMC), siendo este un tema nuevo en los estudios académicos. La metodología utilizada es la investigación participante y la investigación-acción debido a la inserción directa de las autoras en ese movimiento desde hace más de quince años. Como parte de los resultados de esta inserción, tenemos tres disertaciones de maestría (Conte, 2011; Cinelli, 2012; Santos, 2012) y dos tesis de doctorado (Conte, 2014; Cinelli, 2016). Además, hubo la participación de las autoras en el proceso de debate sobre el Feminismo Campesino y Popular en lo MMC en los últimos tres años. Destacamos como aspecto relevante el hecho de que el Feminismo Campesino y Popular es fruto de la identidad colectiva de las mujeres del MMC en lucha. Sobre todo, se construye en la articulación con otras organizaciones campesinas de mujeres y feministas, ancladas en el universo de trabajo, en la defensa de la agroecología y en la libertad / liberación, buscando la construcción de una sociedad justa y solidaria, o sea, socialista.

Palabras clave: Feminismo Campesino y Popular; Movimiento de Mujeres Campesinas; Luchas.

Introdução

Por meio deste texto, como militantes e intelectuais orgânicasⁱ, em termos gramscianos (Duriguetto, 2014), propomo-nos a evidenciar como tem acontecido a construção do Feminismo Camponês e Popular no Brasil, a partir do processo desenvolvido pelo e no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) dos anos 2000 aos dias atuais. Para tanto, partimos das nossas vivências e experiências no MMC nesse período, bem como da pesquisa participante e da pesquisa-ação desenvolvidas em nossas dissertações de mestrado (Conte, 2011; Cinelli, 2012; Santos, 2012) e teses de doutorado (Conte, 2014; Cinelli, 2016). Tomamos como base os anos 2000, porque, desde esse período, fazemos parte do MMC e também porque nessa década foram iniciadas mais consistentemente as discussões do feminismo na Organização. Essas discussões ocorreram em vista do processo de constituição do Movimento em parâmetro nacional, que aconteceu em 2004 e será melhor detalhado mais adiante.

Este texto evidencia as vozes de mulheres do MMC, a partir de nossos trabalhos e pesquisas e de nós mesmas, pois duas das autoras compõem atualmente a direção nacional do referido movimento. O artigo está organizado da seguinte

maneira: começamos, no primeiro item, com a apresentação da caminhada do MMC e de um feminismo específico, discutindo como as camponesas, a partir do seu cotidiano, foram construindo suas lutas e se constituindo feministas. Como pano de fundo das discussões, temos o modelo agrário e agrícola brasileiro e latino, desse modo buscamos apresentar a construção do Feminismo Camponês e Popular a partir de sínteses realizadas não apenas no MMC, mas também em organizações internacionais que partilham resistências e lutas semelhantes e que se relacionam com o MMC.

O segundo item aponta algumas sínteses desse feminismo e, na sequência, nos amparando em uma metáfora – a do rio caudaloso –, descrevemos em alíneas os seus elementos fundantes: a centralidade do trabalho; a característica de ser um processo coletivo e individual; a unidade na diversidade; a importância da auto-organização; o enfrentamento às violências; as fontes de que bebemos no “leito histórico”; a perspectiva de outra sociedade e de outros valores; e a agroecologia como modo de vida.

A caminhada do MMC e do Feminismo Camponês e Popular

O MMC surge de lutas anteriores. Sua nacionalização aconteceu em 2004,

por ocasião do I Congresso Nacional do Movimento, ocorrido de 05 a 08 de março, em Brasília. Pontuamos que nessa ocasião houve a união de muitas organizações estaduais e locais de camponesas que desenvolviam lutas autônomas enquanto mulheres empobrecidas do campo, das florestas e das águas. Esse fato congregou mais de vinte anos de caminhada de organização em alguns estados. Nesse congresso, estavam presentes camponesas de pelo menos quatorze unidades federativas do país, representadas com suas delegações, que naquele momento haviam amadurecido a ideia de se tornarem uma organização única, o MMC.

O MMC herdou uma trajetória de diversos movimentos que se juntaram a partir do congresso. Assim, temos como exemplos-chave de nossas pesquisas, nas duas dissertações e nas duas teses mencionadas (Conte, 2011, 2014; Cinelli, 2012, 2016), a trajetória dos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, nos quais as camponesas já estavam organizadas desde os idos de 1983. As mulheres da roça ou agricultoras, como se denominavam, se colocaram em luta, criando organizações específicas de mulheres, nas quais reivindicavam basicamente seus direitos, querendo entender o porquê elas não tinham os direitos reconhecidos pelas leis.

Essa luta, por sua vez, segundo trazem as pesquisas (Conte, Martins, Daron & 2009; Santos, 2012; Cinelli & Mezdri, 2014; Cisne, 2014), mostra que as mulheres começaram a sair de casa em busca de direitos e assim aprenderam a amplitude do mundo e a complexidade da sociedade capitalista, patriarcal e racista que até então lhes era apresentada como natural. Elas se deram conta de que não tinham direito de sair de casa ou do ambiente restrito de suas comunidades, ainda que isso não estivesse escrito. Era a força patriarcal que predominava como sistema expresso na vida das camponesas, no cotidiano vivenciado em suas comunidades, sítios, assentamentos e florestas.

O Movimento de Mulheres Camponesas surgiu pontuando as questões das mulheres da roça, que não se viam incluídas em setores como sindicatos de trabalhadoras rurais, movimentos populares mistos (com homens e mulheres) e mesmo nas pastorais sociais, das quais elas faziam parte. Por esse motivo, sentiam que havia questões que as atingiam e não eram tratadas com a devida importância nesses coletivos mistos. Nos sindicatos, nas igrejas, em setores progressistas como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e nos partidos de esquerda, embora

fomentassem a “libertação” da opressão e exploração, também as demandas das mulheres estavam “fora do lugar”, como se não coubessem. Desse modo, era preciso um espaço próprio para as discussões que estavam surgindo (Conte, 2011). Essa era a realidade encontrada em todas as organizações populares, que, mesmo tendo muitas mulheres em suas bases, não conseguiam visualizar a pauta delas como importante e estratégica para as mudanças sociais.

Estava em questão a velha argumentação de que pautas específicas dividiriam a luta “geral”ⁱⁱ, como aponta Souza-Lobo (2011) ao tratar da questão feminina na luta sindical brasileira. Essa crítica reflete o momento em que a sociedade brasileira redescobria e reconstruía a democracia depois do Golpe Militar de 1964, na qual pairava a ideia de redemocratização como “causa maior”, como se as mulheres, negras e negros, indígenas, LGBTs etc. devessem esperar o momento certo e suas demandas não fizessem parte da luta por democracia. Assim, uma parcela das pessoas inseridas nas lutas chamadas “gerais” tinha dificuldades para perceber a invisibilidade das mulheres e suas dificuldades cotidianas. Mas é importante ressaltar que nos espaços de lutas populares também havia apoio aos movimentos de mulheres

e, em alguns casos, muito apoio, mesmo que, de modo geral, prevalecesse a concepção de que os homens dirigiriam “naturalmente” as lutas e que, desse modo, as mulheres estariam representadas.

Contudo, as camponesas do MMC sempre souberam que suas lutas não poderiam estar desvinculadas da luta de classes e, por isso, na caminhada dos movimentos autônomos, mantiveram-se em alianças importantes com as diversas organizações populares. Entretanto, estava evidente a necessidade de construir lutas protagonizadas pelas mulheres. Desse modo, as mulheres organizadas foram rompendo as barreiras que dificultavam sua auto-organização e caminharam rumo à autonomia, por mais embates que tivessem. A auto-organização era a parte que as lideranças masculinas, às vezes, tinham dificuldade de “entender”, considerando que a organização das mulheres poderia dividir a classe. Esse debate não é novo na esquerda mundial, mas nos parece que ainda não foi totalmente superado. O MMC, como também as autoras deste artigo, entendem que a luta e a auto-organização das mulheres fortalecem a luta de classe, pois sem as especificidades a luta classista seria de poucos.

Partimos, nós autoras e o MMC, de uma concepção de feminismo classista, entendendo que a libertação das mulheres

só é possível com a superação do capitalismo, do patriarcado e do racismo. Isso não significa ter que esperar a superação das classes para, posteriormente, lutar pela liberdade das mulheres e de tantos outros setores oprimidos. Nesse debate, nossas referências são Heleieth Saffioti (1969, 2004), Angela Davis (2016) e Clara Zetkin (1896), entre outras que buscam discutir o feminismo a partir da imbricação entre capitalismo, racismo e patriarcado.

Ao criarem organizações próprias, com várias denominações, pelos estados do país, sob a bandeira da luta por direitos, em especial direitos à seguridade social (que é representada por previdência, assistência e saúde pública), mas também por preço justo para os seus produtos, educação no campo, políticas públicas para o meio rural para homens e mulheres etc., as militantes foram dando corpo a organizações populares, trocando ideias entre lideranças de outros estados e de outros setores de lutas, como sindicatos, movimento feminista e movimentos sociais do campo, com o entendimento da especificidade das mulheres camponesas.

Em síntese, o surgimento do MMC está relacionado a demandas por direitos, historicamente negados às camponesas e ao povo da roça. As mulheres, desde então lideranças, aprendiam a participar e se

organizar, nas discussões das lutas pela redemocratização do país no processo que elaborou a Constituição Federal de 1988 (CF/88). Elas foram se forjando militantes e dirigentes, aprendendo na condução dos movimentos, praticando a luta política, somando-se também aos demais espaços nos quais era fomentada a democracia, ao passo que denunciavam o regime militar e lutavam pela ampliação dos direitosⁱⁱⁱ. Nesse fazer-se delas mesmas e do movimento, percebiam também a exclusão de suas vozes e demandas e, diante disso, o quão importante eram os espaços e as organizações específicas de mulheres.

Desde os anos de 1980, nos diversos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais/camponesas, as discussões giravam em torno da necessidade de novas relações de gênero e classe, com o sonho da construção de uma sociedade justa e igualitária (MMC, 2008). Era a expressão do que as mulheres da roça almejavam, uma vez que o contexto em que estavam inseridas era desigual. Nessa mesma pauta, estava a percepção de outras relações entre os seres humanos e a natureza, pois as mulheres organizadas, ao começarem a perceber a sua situação de vida (falta de acesso e negação a tantas coisas), logo se deram conta de que o modelo baseado na Revolução Verde^{iv} era um desastre

enquanto perspectiva para as famílias camponesas.

Assim, ao formarem os movimentos, denunciavam o “modelo” agrícola, tanto do ponto de vista da dependência de insumos químicos e do sistema bancário, quanto em relação ao que ele estava ocasionando com os recursos naturais. É importante destacar que o sistema de produção baseado na Revolução Verde é majoritariamente feito por homens e para homens, pois sua lógica comercial,^v baseada no lucro de corporações, não consegue perceber a importância das estratégias produtivas desenvolvidas pelas mulheres. Durante a implantação desse sistema devastador, a produção das mulheres foi negada, invisibilizada e até mesmo proibida em nome do “desenvolvimento”. Esses elementos ficam nítidos nas pesquisas apresentadas nas dissertações de Cinelli (2012) e Conte (2011) ao analisarem falas de mulheres, que foram coletadas na pesquisa participante.

Ao reunirem-se em vista da discussão de direitos e das estratégias para alcançá-los, foi havendo uma participação crescente das mulheres camponesas em comunidades, nas sedes dos municípios e nas regionais, formando assim coordenações estaduais. De início, segundo mostram depoimentos de nossas pesquisas,

as mulheres precursoras afirmam que não sabiam direito aonde “isso ia dar”, só sabiam que queriam seus direitos para serem gente. Ao juntarem-se e irem construindo as organizações locais de mulheres camponesas, compreendiam a dominação masculina e como o modo de produção capitalista afetava as suas vidas, passando então a entender e repudiar as diversas formas de exploração e opressão que as mulheres vivenciavam.

Cinelli e Mezadri (2014), ambas dirigentes nacionais do MMC, comentam o movimento em seu nascedouro: “Nesse período, não se dizia feminista, mas um debate colado à construção do movimento autônomo e novas relações de gênero”. Desse modo, desde a sua origem, o MMC primava por outras relações de gênero, que por sua vez não se dariam em separado da luta de classes, pelo fato de as mulheres se entenderem exploradas pelo sistema capitalista.

A luta por direitos, que se estendeu da década de 1980 até o início dos anos de 1990, na qual foram conquistados direitos fundamentais, como o reconhecimento da profissão de trabalhador(a) rural na CF/1988, foi de suma importância para o reconhecimento e visibilidade política das mulheres como “uma nova categoria”, mas que sempre existiu. Após a promulgação da CF/1988, as lutas seguiram durante os

anos subsequentes, pautando a regulamentação de cada direito conquistado, como: a aposentadoria na condição de segurados(as) especiais, que ocorreria apenas em 1991; o auxílio acidente de trabalho para camponeses e camponesas, que foi conquistado em 1992; e o salário maternidade, no ano de 1994. Isso nos mostra que a organização das camponesas possibilitou, em pleno processo de implementação do neoliberalismo no país, a ampliação de direitos^{vi}.

Com a conquista de direitos, as mulheres organizadas foram descobrindo ou redescobrando o seu papel na História e já não eram as mesmas: elas queriam protagonismo fora e dentro de casa, na unidade de produção e para além dela. Esse fato mexia profundamente com concepções machistas e discriminatórias nas famílias, nos sindicatos, nas cooperativas, nas comunidades e nos demais movimentos sociais. Era quase um “Deus nos acuda”, pois agora essas mulheres agricultoras, ribeirinhas e das florestas estão querendo espaços políticos! (Conte, 2011; Cinelli, 2012).

O movimento estava abalando as relações estabelecidas entre homens e mulheres, junto ao questionamento da sociedade capitalista. Estavam estabelecidas as reflexões e as lutas contra

as desigualdades de gênero e de classe, conforme o que é possível encontrar em documentos internos, como atas, cartilhas e panfletos, da organização do início dos anos da década de 1980. As mulheres camponesas estavam visíveis em marchas, acampamentos e passeatas que faziam de modo independente, em especial após o ano 2000, em articulação com mulheres de organizações que formaram a Via Campesina do Brasil, cujo surgimento aconteceu oficialmente em 2001, por ocasião do Fórum Social Mundial ocorrido em Porto Alegre/RS (Conte, 2014).

Antes da constituição da Via Campesina do Brasil, o MMC buscou se articular com outros movimentos sociais que ocorriam no Brasil e na América Latina, pois visava fortalecer-se junto a outras organizações populares que compunham a *Coordinación Latinoamericana de Organizaciones del Campo* (Cloc)^{vii}, por exemplo. A Cloc é uma articulação de movimentos sociais ligados à pauta rural e é composta por 84 organizações de 21 países da América Latina e Caribe (Cloc, 2016). Atualmente, é a principal e maior organização de camponeses da América Latina e Caribe e faz parte de *La Via Campesina Internacional*^{viii}. No Brasil, os movimentos sociais que compõem *La Via Campesina Brasil*^{ix} estão também organizados

internacionalmente na Cloc. O MMC foi o primeiro movimento da Cloc a se afirmar feminista, trazendo o debate feminista para essa articulação. Foi na Cloc que a categoria Feminismo Camponês e Popular foi proposta pela primeira vez como síntese da construção do feminismo das mulheres do campo, segundo informações da direção nacional do MMC.

O MMC, para definir-se e buscar construir-se como movimento nacional, durante pelo menos dois anos, realizou intensos debates internos e articulações, entre 2002 e 2004, e junto com a nacionalização definiu-se feminista, reafirmando que o seu feminismo tem um caráter popular classista. Essa declaração causou impacto na Via Campesina e também repercutiu junto a um conjunto de organizações feministas. Duas reações foram as mais sentidas: 1) parecia que seria necessário dar explicações sobre o motivo de se declarar feminista e classista, mas, junto a isso, houve também acolhida, pois éramos mais uma organização feminista para fortalecer a luta das mulheres; 2) era e é necessário ampliar os debates nas bases, reforçar nossa compreensão do que é feminismo e de como nossas lutas feministas contribuem para a derrota do sistema capitalista, patriarcal e racista que explora toda a classe trabalhadora, em especial as mulheres. Afinal, a cada dia,

novas mulheres passam a fazer parte do movimento e esse debate precisa ser compreendido.

A relação com o feminismo se colocava como mais um desafio na construção do MMC, pois, no meio rural, o feminismo nem sempre foi bem compreendido (como também acontece em setores populares urbanos), pois o preconceito criado no imaginário popular contra as feministas sempre foi muito forte. Nesse sentido, constatamos que mesmo as lideranças do MMC tendo certeza de que eram feministas e, mais ainda, mesmo que as lutas por elas travadas tivessem um caráter feminista, era necessário tratar o tema com bastante cuidado e, por isso, não se declaravam feministas nas décadas de 1980 e 1990.

O debate em si, de ser feminista ou não, é polêmico entre as camponesas de modo geral até os dias atuais, quando se têm mulheres que se mobilizam por pautas que não se restringem à luta considerada específica. É importante destacar que o debate sobre o que é feminismo está em aberto, são muitas perspectivas teóricas travando esse debate, mas nos perguntamos a quem cabe julgar a pauta ou a ação das mulheres como feministas ou não feministas. Assim, concordamos com Carmen Silva quando discute os movimentos ambientais e aponta: “A

questão que se faz é: o que distingue essa luta como luta feminista? A resposta simples é a capacidade que esses movimentos adquiriram de falar, reivindicar e propor a partir da análise da situação das mulheres” (Silva, 2011, p. 101).

Neste artigo, a nossa análise a partir do MMC mostra que o feminismo é a luta pela autonomia e liberdade das mulheres e muitas lutas diferentes podem contribuir para essa conquista. O importante é que o protagonismo dessa construção seja das mulheres e em defesa das mulheres. Para tanto, buscamos um alinhamento com Alves e Pitanguy na compreensão de que o feminismo não se constrói apenas no espaço público ou somente com uma autodeclaração, pois

... o feminismo não é apenas o movimento organizado, publicamente visível. Revela-se também na esfera doméstica, no trabalho, em todas as esferas em que mulheres buscam recriar as relações interpessoais sob um prisma onde o feminino não seja o menos, o desvalorizado (2003, p. 9).

Os elementos trabalhados por Santos (2012)^x em sua pesquisa, na qual analisa se a agroecologia, via Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), contribuía para a autonomia das camponesas, podem nos ajudar a perceber a dificuldade das

próprias camponesas de se verem como feministas, como também do movimento feminista de reconhecê-las como tal. Santos (2012) encontrou formas bastante diferenciadas de organização das camponesas, citando casos em que as mulheres se organizaram a partir de coletivos de produção para fabricar doces, queijos, biscoitos e outros produtos com o objetivo de comercialização, sendo esse o primeiro passo delas em direção ao feminismo. Em outros lugares, o trabalho com mulheres era realizado a partir dos intercâmbios, que retiram as mulheres da propriedade para visitar outras comunidades, mas também valorizam seu trabalho levando outros camponeses e camponesas a conhecê-lo. Outra origem da organização de mulheres, encontrada na pesquisa, tem início no trabalho de incentivo à sua participação na Pastoral da Criança e na discussão sobre plantas medicinais.

Todas essas formas de trabalho com as mulheres, em um primeiro olhar, parecem reforçar o lugar da mulher como cuidadora e responsável pelo conjunto de atividades domésticas. Em uma análise mais apurada, conclui-se o contrário: as camponesas se organizam a partir do seu cotidiano, sem negar o que conhecem e o que já sabem fazer e o ressignificam. Assim, vão saindo da invisibilidade e

obtendo conquistas concretas, como quando passam a ser responsáveis pela gestão do dinheiro gerado pelo seu trabalho, ou mesmo ao se tornarem referências no que fazem. Outro aspecto importante é o fato de passarem a sair de casa para falar sobre o seu trabalho, oportunidades que, assim como as visitas que recebem através de intercâmbios, alargam os seus horizontes. O sair de casa gerado por essas razões, muitas vezes, muda a vida dessas mulheres, como concluiu o trabalho da autora, o que também podemos confirmar com nossas vivências e experiências no MMC.

Mesmo que as mulheres não se afirmem feministas, estão a construir concretamente espaços de maior liberdade, autonomia e reconhecimento político e familiar. Cinelli (2016) demonstra essa realidade olhando especificamente para as camponesas do MMC dos estados de Santa Catarina e Bahia. A autora destaca que a atitude feminista é importante para a produção de sementes crioulas, para decidir sobre a plantação e para enfrentar as dificuldades da vida na roça, uma vez que é preciso resistir, enfrentar os “poderes” do marido e dos técnicos que não reconhecem os saberes das mulheres. Apenas com atitude feminista é possível se colocar contrária ao sistema de produção monocultural, que favorece os grandes

proprietários, tidos como “modelo de produção” que dá certo.

Muitas vezes, por trabalharem com hortas, sementes e plantas medicinais e por defenderem a natureza, as camponesas são acusadas de essencialistas, como se esse tipo de trabalho não enfrentasse o machismo e como se isso não fizesse parte dos espaços de produção e de poder (Cinelli & Mezdri, 2014). O espaço da horta ou dos arredores da casa é o local de onde surgiram exemplos concretos da importância da diversidade, e isso possibilitou muitas lutas e demandas por agroecologia e melhor qualidade de vida, incluindo a soberania alimentar, que para o MMC é a possibilidade de os camponeses e as camponesas terem o controle dos alimentos, escolhendo o que e como plantar (Stédile & Carvalho, 2012, p.716 - 725).

O Feminismo Camponês e Popular implica o comando das mulheres e o pensamento coletivo sobre o espaço da unidade de produção, não sendo essa uma tarefa fácil, devido ao patriarcado presente nos costumes e tradições. É diante disso que rompem com o lugar destinado às mulheres como sendo privado e submetido. Elas ousam e por isso se envolvem em conflitos, mas a partir deles obtêm avanços. Isso significa ser feminista na prática, mesmo que não se conheça tão

bem a história do feminismo, sua teoria, seus escritos e, menos ainda, seu debate acadêmico. As tarefas relativas aos cuidados são politizadas e, por isso, um dos primeiros aprendizados no movimento é que precisam sair de casa para, inclusive, dividir tarefas do ambiente doméstico, tendo o seu trabalho reconhecido. A discussão na esfera das questões que foram historicamente colocadas às mulheres ocorre em relação à ressignificação desse lugar imposto a elas.

Trazer esses elementos nos ajuda a compreender o porquê, no surgimento do MMC, algumas organizações, movimentos e coletivos feministas questionavam se o movimento de mulheres camponesas (ainda não com a nomenclatura de MMC) era feminista ou não. O lema usado pelo MMC: “*Fortalecer a luta em defesa da vida*”, desde a primeira vez que foi colocado, gerou questionamentos, devido a usos conservadores da ideia de defesa da vida, mas o MMC sempre deixou evidente o entendimento de que a luta pela agroecologia e pelo socialismo é uma luta em defesa da vida, que a luta pelo fim da violência contra as mulheres é uma luta em defesa da vida, de modo que é necessário entender a vida de forma ampla, como a defesa do planeta e da humanidade, com mulheres no protagonismo.

Como afirmamos anteriormente, nossa inserção nos mostra que as lideranças do movimento, desde o início, entendiam o feminismo e sabiam que grande parte de suas ações era de cunho feminista, mas por uma questão tática – da organização autônoma – era melhor não demonstrar. A forma como o MMC enfrentou e enfrenta o debate do feminismo é, para nós, uma construção baseada na educação popular^{xi} como método de organização e luta feminista. Não foi ninguém que buscou convencer as camponesas de que sua luta era feminista, foi a luta e a análise da sua própria realidade que as levou a perceberem-se como parte de um instrumento maior de luta das mulheres, que é o feminismo. Na tese de Cinelli (2016), uma das falas das entrevistas com uma dirigente histórica afirmava que muitas mulheres do movimento eram feministas e não sabiam e, com o passar do tempo e o amadurecimento, vieram a expressar: “mas então eu era feminista... eu sou uma feminista”.

Mulheres camponesas e feministas?! De fato, para alguns soava estranho, pois o desenvolvimento capitalista colocou os camponeses em um lugar sem prestígio, sendo entendidos como atrasados, aqueles que resistem aos avanços, ao progresso. Já ser feminista é ser ousada e temida. Por

mais preconceito que se tenha contra as feministas, elas são consideradas uma inovação, e inovações não combinariam com o campesinato. Como é que pode essa junção? Mesmo a esquerda cometeu erros históricos com os camponeses^{xii}, pois não os viam como parte importante da construção do processo revolucionário, o que levou a muitas atitudes utilitaristas com as populações e povos do campo. Entretanto, é bom lembrar que nenhuma revolução triunfante no mundo, em especial na América Latina, ocorreu sem a adesão das organizações camponesas ou dos camponeses.

Diante dessa análise equivocada da realidade camponesa, era difícil compreender um movimento popular camponês auto-organizado, ou seja, composto e dirigido somente por mulheres e que se nacionalizou, identificando-se como feminista. Conte, Weschenfelder e Cinelli (2010), em um artigo publicado sobre o MMC, apontam que o debate do campesinato e o do feminismo, que podem ser vistos como divergentes, estabelece relações fortalecidas no sentido de que as mulheres defendem o espaço de terra/território, mas nele não aceitam relações patriarcais: na luta por terra/território, elas passam a opinar e também a decidir no ambiente produtivo, tendo em vista que esse também é o lugar

delas. Além disso, aprenderam a assenhorearem-se de si mesmas e isso implica decidir sobre si e tomar decisões sobre o que consideram relevante para as suas vidas. Por isso, há conflitos e nunca conquistas definitivas, permanecendo questionamentos e desafios.

Diante desses aspectos, que foram aprendendo na luta, ao fazerem a história do movimento e as suas próprias histórias, expressadas nas palavras de ordem ainda antes dos anos 1990: “*Nós não queremos favores, nossa história a gente faz*”, podemos pontuar por onde tem caminhado o feminismo camponês e popular no MMC. Foi um aprendizado na prática que impulsionava a teoria e, em alguns momentos, teoria não escrita, mas vivida, experimentada e partilhada. Trata-se, em nosso entendimento, de um feminismo do qual nem tudo se disse e talvez nem tudo ainda se possa dizer, pois ele ainda está sendo feito em muitos lugares diferentes, com avanços largos em alguns e lentos em outros. É um feminismo construído por uma diversidade de mulheres que vivem em diversos lugares, com questões étnico-raciais distintas, com acessos diferenciados a recursos naturais e materiais. Mas todas as mulheres camponesas do MMC possuem em comum a identidade de classe, advinda de várias experiências populares de luta.

O feminismo camponês e popular vem sendo construído por mulheres do campo, da floresta e das águas, que representam a diversidade do campesinato brasileiro em oposição ao agronegócio. A defesa do rural como espaço de vida, de cultura e sobrevivência é um dos elementos constituintes e fundamentais e, ao mesmo tempo em que ele surge questionando as relações patriarcais de sexo – negadoras do protagonismo das mulheres –, problematiza e rejeita práticas do “modelo de agricultura” dominante, neste momento expresso pelo agronegócio, usurpador de terras e produtor de *commodities* em vista da exportação e da especulação financeira à custa da exploração do trabalho de tantas pessoas. A luta contra o agronegócio é a luta popular travada por camponesas e camponeses contra o capitalismo.

Ainda pensando o caráter popular dessa luta cotidiana, entendemos o Feminismo Camponês e Popular como uma parte da luta travada pela classe trabalhadora na construção de outra sociedade. A nossa inserção no MMC e, por conseguinte, nos debates de construção do Feminismo Camponês e Popular, permite afirmar que o caráter popular coloca em pauta a unidade na diversidade que compõe a classe trabalhadora (somos campo e cidade) e a diversidade do próprio

campesinato. É um feminismo que se apresenta a um debate teórico, mas que surge no cotidiano, tendo a prática como critério de validação. Esse feminismo não se constrói a partir de conquistas individuais (apesar de também existirem muitas conquistas individuais), é uma construção coletiva de uma parte do povo brasileiro que é o campesinato em luta, com a especificidade das mulheres.

Para as camponesas feministas do MMC, isso significa lutar com, não lutar por; lutar junto a tantos outros setores explorados e oprimidos. Para isso, são necessários espaços somente de mulheres, onde não se estabeleçam relações de dominação e superioridade, e sim relações de complementação de saberes. É preciso haver espaço de plena confiança entre si mesmas, em que podem falar de tudo o que sentem e como sentem, sem que os homens as julguem. A auto-organização se apresenta como um espaço privilegiado, inclusive para que elas se deem conta dos diversos tipos de violências que sofrem e dos impedimentos cotidianos, como também da sua falta de poder.

As percepções obtidas no MMC apontam que o feminismo não é algo individual e que pode ser desenvolvido isoladamente. Há uma força no coletivo das mulheres em luta que as impulsiona e que as fez e faz aprender a todo momento.

Essa força se traduz muito em solidariedade umas com as outras, assim como na compreensão e no companheirismo com o processo da companheira. E, assim, se uma mulher vai avançando, leva as outras consigo e elas vão se compreendendo em meio a crises, ensaios e ousadias. Sem ousadia não há feminismo, e cada uma possui um jeito de ousar, de romper com normas patriarcais a partir de seu espaço familiar e comunitário, mas esses modos individuais precisam necessariamente se juntar em um coletivo. As ousadias e rebeldias são apreendidas e exercidas no coletivo, nas lutas necessárias. Por isso, ser feminista do MMC é assumir-se feminista diferente, que não é melhor nem pior, só se constrói a partir de diferentes realidades e embates, como dizem as companheiras militantes.

O Feminismo Camponês e Popular: algumas sínteses possíveis

Até aqui enfatizamos a história do MMC como fio condutor dos debates teóricos que o Feminismo Camponês e Popular tem buscado sintetizar. Neste item, focalizaremos esse tema como categoria de análise, rebuscando questões quando necessário, avançando e aprofundando concepções.

É importante retomar que essa é uma construção para dar um nome ao

feminismo das camponesas latino-americanas, portanto, torna-se muito maior que o MMC, pois se fundamenta nos fazeres das mulheres dos diversos movimentos que compõem a Cloc, movimentos esses auto-organizados de mulheres, mas também mistos (com homens e mulheres). A diversidade de camponesas que compõe a Cloc coloca, desde o seu surgimento, o desafio de caminhar rumo a sínteses que possam dar conta dessa diversidade expressa na construção da soberania popular e alimentar, na agroecologia e inclusive no socialismo latino e também no feminismo.

Assim, é relevante considerar a diversidade de expressões do feminismo que se manifesta na Cloc: comunitário, indígena, negro, ecofeminismo, feminismo camponês, que, a partir o ano 2010^{xiii}, parece caminhar para ter como síntese o Feminismo Camponês e Popular. Essa categoria não busca apagar, nem mesmo suprimir as diferenças, ao contrário, busca a unidade na diversidade.

O processo de discussão do significado do Feminismo Camponês e Popular para o MMC foi intensificado ainda mais nos últimos anos (final de 2014 e começo de 2015), quando as camponesas realizaram reuniões da direção nacional para debater o tema. Houve também oficinas com representações dos estados e

da direção nacional para discutir as teorias feminista e marxista. Além disso, foram realizados três seminários internacionais sobre o Feminismo Camponês e Popular, com a participação de diversos movimentos do campo popular do Brasil: Movimentos que compõe a Via Campesina do Brasil; Levante Popular da Juventude; Marias; e Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD), como também organizações do Paraguai, a *Coordinadora Nacional de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indígenas* (Conamuri); e do Chile, a *Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas* (Anamuri), com a presença de pesquisadoras parceiras, sendo algumas delas também pesquisadoras militantes do MMC e duas representantes de todos os estados onde o MMC está organizado.

Essa caminhada, segundo o entendimento do MMC, está apenas no começo pelo fato de ser uma construção permanente, no entanto, algumas constatações são visíveis. O Feminismo Camponês e Popular é um feminismo que entende que vivemos em uma sociedade dividida em classes sociais e que apenas a superação dessa sociedade pode nos levar a uma realidade igualitária que, nas palavras atribuídas a Rosa Luxemburgo, é traduzida: “*Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente*

diferentes e totalmente livres”^{xiv}. Isso não significa que é preciso esperar a construção dessa outra sociedade para lutar por igualdade, pelo contrário, pois pressupõe que a luta pela igualdade contribui diretamente para a superação da sociedade de classes.

A forma de organizar as camponesas é parte importantíssima dessa construção, por isso o MMC é um movimento que se organiza a partir da base, tornando-se uma estrutura organizativa de coordenação e direção que contribui para que o avanço seja coletivo. Nos espaços coletivos de construção e deliberação, nossas diferenças se expressam e podem ser ajustadas e compreendidas. Podemos dizer que as bases alimentam e se retroalimentam junto com a direção em um movimento dialético, em que uma instância não funciona sem a outra. Essa forma dialogada de trabalhar tem permitido que o MMC avance para além da prática, no debate teórico, o que buscaremos apresentar um pouco a seguir.

A centralidade do Feminismo Camponês e Popular é um rio caudaloso

Nesta parte do texto, recorreremos a uma metáfora para expressarmos, de forma mais direta, os caminhos dos debates teóricos centrais da construção do Feminismo Camponês e Popular, que envolvem questões que têm se apresentado

no processo de discussão realizado pelo MMC em busca de compreender e assumir o que se tem chamado de Feminismo Camponês e Popular, nos momentos coletivos em todas suas instâncias. Contudo, não é possível dizer que apresentamos aqui um consenso estabelecido, pois o debate está colocado e buscamos neste estudo apresentá-lo como o enxergamos. Consideramos oportuna a metáfora do “rio caudaloso”, porque traz a imagem de um caminho que é constituído por muitos igarapés, riachos e rios maiores, que percorrem diferentes territórios; que está em movimento e, por vezes, em tempos de cheia, avança ao revés, de modo que apresenta grande semelhança com o Feminismo Camponês e Popular.

a) A centralidade do trabalho

Nas últimas décadas, de forma especial, as pautas coletivas têm sido questionadas e a realidade tem sido apresentada como fragmentada e “líquida”, tornando difícil a compreensão da necessidade de construções coletivas e a ideia de totalidade na diversidade. Na teoria, temos alguns representantes expressivos desses discursos. Apresentamos como exemplos: o questionamento feito por Judith Butler à utilização da categoria mulher (Butler,

1998; 2010); o “poder-discurso”, de Foucault (1979; 1996; 2007); ou mesmo os “jogos de linguagem” de Lyotard, que defende o fim das metanarrativas (Lyotard, 1998), entre outros constructos teóricos que, em nome das especificidades, negam a exploração do trabalho como um dos elementos fundantes das contradições e desigualdades da sociedade capitalista, buscando resolver os problemas a partir da aparência do fenômeno.

O MMC tem se mantido na defesa da centralidade do trabalho como gerador das coisas, da riqueza e da possibilidade de emancipação humana (Marx, 2011; Mézaros, 2002), tendo-o como elemento fundamental da nossa identidade de classe trabalhadora, mesmo que não seja dito dessa forma pelas camponesas. Pensar e construir autonomia na vida das camponesas são atitudes que estão umbilicalmente ligadas à concepção de trabalho. É a partir do trabalho nas unidades de produção, nas águas e nas florestas, que as camponesas se reconhecem como trabalhadoras, percebendo que elas não só contribuem para manutenção das famílias com as tarefas de cuidados^{xv}, mas também são responsáveis por boa parte do trabalho produtivo, tanto no roçado como nos quintais, contabilizado ou não em horas trabalhadas. É desse lugar que se deu a

construção da agroecologia e da luta por soberania alimentar, incidindo em lutas por outros sistemas produtivos e por direitos.

O sistema vigente, capitalista, patriarcal e racista, se ancora na exploração do trabalho e na apropriação privada do trabalho coletivo que possibilita o aprofundamento das desigualdades. Nesse sentido, pensamos a realidade das mulheres e a divisão sexual do trabalho que, segundo Kergoat (2009), o separa e hierarquiza, dividindo-o em trabalho de homens e de mulheres, valorizando o primeiro em detrimento do segundo. Assim, grande parte do que é realizado pelas mulheres não é considerado trabalho, é coisa de mulher (naturalmente de mulher), como já apontava a pesquisa de Conte (2014). Assim, para que se consiga explorar mais as mulheres, é importante que elas não se reconheçam trabalhadoras e seus trabalhos sejam diluídos em mil tarefas invisibilizadas.

É nessa perspectiva que a luta por direitos das camponesas, como o acesso a terra com a titularidade em seus nomes, acesso à água, a direitos trabalhistas e previdenciários e políticas agrícolas não são “lutinhas pequeno-burguesas”, mas um enfrentamento direto ao sistema capitalista explorador e usurpador da força de trabalho feminina no campo e na cidade, com recorte de classe, raça/etnia, geração e

orientação sexual. As mulheres, ao reconhecerem-se trabalhadoras, se percebem como sujeitos de um trabalho que lhes possibilita dignidade – ao menos essa é a luta.

b) Ser Feminista é processo coletivo e individual

Inúmeras teóricas do feminismo reconhecem que o processo de se identificar como feminista parte de questões coletivas, mas também de enfrentamentos que se dão internamente na mulher (Alves & Pitanguy, 2003; Beauvoir, 1980a, 1980b; Cisne, 2014).

O Movimento de Mulheres Camponesas, como já mencionamos, é “a primeira das organizações da Via Campesina Internacional que se assume feminista” (Cinelli & Mezdri, 2014). Entretanto, ainda não temos pesquisas suficientes para falar sobre o tamanho do impactado dessa definição, mas percebemos, nas histórias contadas pelas militantes mais antigas do MMC e também na relação com as organizações internacionais, que isso definiu o MMC internamente e na relação com as outras organizações. Outra importante questão nesse debate, compreendida a partir da militância do MMC, é que há um desafio colocado ao próprio movimento, assim como por ele para outras organizações de

mulheres: a discussão sobre como é esse feminismo e como se deve agir para que ele seja fortalecido.

A compreensão sobre o feminismo do MMC mostra que o movimento foi construindo um feminismo no dia a dia das mulheres que vivem no campo, muitas delas com pouco acesso à escolarização, que vivem em comunidades, assentamentos e florestas, entre outros lugares, que geralmente são caracterizados pela precariedade do acesso a bens e direitos. Diante disso, a necessidade de nomear o feminismo do MMC de Feminismo Camponês e Popular não surge de uma lógica divisionista, pelo contrário, tenta fortalecer o poder das mulheres em luta na Cloc e na Via Campesina.

Isso não significa que todas as camponesas organizadas no MMC já tivessem certeza sobre o que significava ser feminista quando ingressaram na militância do movimento, mas o papel da direção política é trazer debates estratégicos para o conjunto do movimento. Cada mulher vai se fazendo e se descobrindo feminista nas lutas de que vai participando e nas quais vai empreendendo no plano coletivo e individual, e isso depende de formação política, no processo de participação no movimento e nos enfrentamentos em vista da “formação de uma consciência

feminista”, que vai sendo adquirida (Cisne, 2014).

c) A luta feminista é necessariamente unitária

O MMC tem se fortalecido com os coletivos de mulheres de outras organizações populares mistas do campo e da cidade e com movimentos auto-organizados de mulheres, pois, para o movimento, a libertação das mulheres é uma luta maior do que ele próprio. Uma das percepções é de que, em espaços amplos de lutas, vai se criando força para enfrentar as dificuldades que se apresentam no cotidiano. Atualmente, uma das palavras de ordem do movimento feminista na cidade sintetiza essa posição: “*Mexeu com uma, mexeu com todas*”, pois nenhuma mulher estará livre enquanto outra sofrer violência. A luta feminista é necessariamente uma luta unitária, pois dividir as mulheres é a grande estratégia do patriarcado para nos derrotar. A solidariedade feminista deve ser uma premissa, mesmo que isso seja uma tarefa árdua em tempos de individualismos exacerbados. Esse é um ponto forte do Feminismo Camponês e Popular, pois ele surge construindo a unidade na diversidade.

d) A unidade não pode invisibilizar a diversidade

O Feminismo Camponês e Popular, como já mencionamos, surge a partir da construção de uma diversidade de sujeitos. Sujeitos esses que guardam inúmeras diferenças entre si: são mulheres negras, indígenas, sem terra, assentadas da reforma agrária, extrativistas, reassentadas, mulheres muito pobres, outras nem tanto e mulheres lésbicas, entre outras características. Essa realidade enriquece o Feminismo Camponês e Popular, mas coloca a ele um grande desafio, pois não é porque esses sujeitos estão representados nessa construção que os debates e práticas de enfrentamento ao racismo, à lesbofobia, às questões de sexualidade e mesmo ao reconhecimento do corpo estejam acabados ou tranquilos. É necessário tê-los sempre presentes, permanentemente no MMC devido às questões que vão surgindo, dos sujeitos e da sociedade. É possível dizer, no que se refere ao corpo e aos direitos reprodutivos das mulheres, que o MMC já trata os temas há um longo tempo, assim como ocorre com o enfrentamento ao racismo, mas a questão da diversidade sexual é algo mais recente.

e) A importância da auto-organização

A garantia do espaço específico para mulheres em movimentos mistos e a existência de movimentos só de mulheres são premissas do Feminismo Camponês e Popular, pois ele nasce justamente em um espaço assim. Na Cloc, por exemplo, as mulheres das diversas organizações reúnem-se antes das assembleias para discutirem e se articularem em vista de suas pautas específicas, o que também ocorre na Via Campesina. Essa, por sua vez, não é a única importância da auto-organização, pois, além de construir lutas coletivas, é um espaço de compreensão da teoria e da prática feminista; um espaço de superação de medos e inseguranças; espaço de fortalecimento político, no qual, sem a presença dos homens, é mais fácil se colocar e falar sobre suas necessidades; é um espaço de criação de possibilidades reais para obter o reconhecimento como liderança, fazendo ensaios e tendo a força das companheiras; é também um espaço de autocuidado e de cuidado umas com as outras.

Na auto-organização, elas vão gerando novas relações na família, na comunidade e na sociedade, se valorizando e exigindo a sua valorização enquanto mulheres camponesas por parte dos companheiros de luta e dos membros de suas famílias. Somente com as mulheres saindo de casa, se reunindo, se

organizando, discutindo e lutando, é possível a construção do feminismo e de uma sociedade justa. A auto-organização contribui diretamente para o enfrentamento da violência cometida contra as mulheres, próxima pauta que trataremos como elemento fundante do Feminismo Camponês e Popular.

f) O enfrentamento às violências contra as mulheres

As camponesas das comunidades rurais, das florestas, das águas e dos assentamentos e reassentamentos rurais são as mulheres menos assistidas pelo Estado no que tange ao enfrentamento à violência doméstica e às violências diversas no espaço privado. A Via Campesina Internacional na sua VI Conferência Internacional, que ocorreu em 2013, lançou a campanha *Basta de Violência Contra as Mulheres*, campanha que a sétima Conferência, ocorrida em 2017, ratificou, lançando o desafio para que ela seja assumida por toda a organização e não apenas pelas mulheres. Nesse aspecto, percebemos o avanço desse debate de cunho feminista sendo incorporado pelos homens, entre resistências e aceitação. Isso demonstra que as mulheres conseguiram pautá-lo com força, caso contrário ele não teria essa importância no conjunto das organizações.

O MMC tem realizado encontros, discussões e campanhas sobre o tema e entende que essa é uma pauta em que pouco se avançou, quando analisada em termos de políticas públicas para o campo, o que coloca a tarefa de ampliar a auto-organização e a construção do feminismo como forma de enfrentamento dessa dolorosa realidade.

g) Parte de um leito histórico

O Feminismo Camponês e Popular no MMC tem como leito histórico a luta de mulheres socialistas, comunistas, indígenas (que lutaram contra os colonizadores), negras (que se rebelaram) e de todas aquelas que, mesmo não tendo conseguido se rebelar, resistiram no seu cotidiano. As camponesas bascas dizem “*somos netas das bruxas que não conseguiram queimar*” e no Brasil se diz: “*somos filhas de Dandara*”. No Paraguai, nossas irmãs de luta afirmam: “*Somos filhas da Índia Juliana*”^{xvi}. As companheiras do MMC na construção do Feminismo Camponês e Popular têm buscado estudar a história das lutadoras e seus escritos, como Rosa Luxemburgo, Clara Zetkin, Saffioti, Krupskaya, Zilda Xavier, Rose Marie Muraro, Ivone Gebara e Nancy Cardoso, entre outras, as quais consideramos parte do nosso leito histórico. Essa trajetória é composta por mulheres que construíram e

constroem o MMC desde a sua origem e por tantas de nós que fomos nos fazendo e nos descobrindo feministas: tantas Loivas, Margaridas, Luzias, Marias, Teresas, Franciscas, que se espalham por este país afora, que tornam o leito do rio caudaloso e rebelde, que fazem um mar quando se agitam.

h) É necessário construir outra sociedade e outros valores

A luta de classes é o fundamento do feminismo que o MMC constrói. Assim, os novos valores são pauta para agora e não para depois da construção do socialismo. Desse modo, busca-se desnaturalizar espaços e concepções a respeito do mundo e do funcionamento da sociedade. As militantes vivem a contradição e a dialética no seu dia a dia: elas rezam, mas fazem luta contra o sistema religioso que aprisiona e menospreza a mulher, buscando e redescobrando outras lógicas de espiritualidade; são pacatas, mas desobedecem e contrariam as regras que as oprimem; são tidas como frágeis, mas lutam contra o sistema e contra os que violentam suas vidas, seus corpos e o planeta.

Também são consideradas pessoas com pouco conhecimento, mas seus saberes preservados são hoje importantes para a vida do planeta. São simples, mas

têm muita sabedoria e a descobriram como poder e, por isso, compartilham-na umas com as outras, almejando que suas filhas, netas e vizinhas, entre outras mulheres, sigam o caminho que elas ousaram trilhar. Não aceitam a submissão, a passividade e as violências e, por isso, denunciam e forçam o Estado a assumir sua responsabilidade.

i) Agroecologia como modo de vida

A agroecologia é para o MMC um modo de vida, pois é a base das relações menos agressivas entre as pessoas e a natureza e sustenta o modo camponês de viver. Ela também faz parte do socialismo, no qual acredita e busca construir. Constitui-se de experimentos, de misturas altamente complexas, diria Ploeg (2008), feita especialmente por mulheres nos mais variados biomas, encontrando, em cada lugar, a forma mais adequada de preservação, recuperação e disseminação de espécies. Romper com o monocultivo e com as práticas produtivas advindas da Revolução Verde significa dar lugar à construção de uma agricultura que precisa ser reconectada com a natureza e com todos e todas que vivem no lugar; é uma construção que tem um olhar mais atento e holístico, pois se baseia na inter-relação e na complementariedade dos seres da natureza.

Percebemos, a partir de Cinelli (2016), que as dificuldades encontradas na agricultura pelas camponesas são tanto externas quanto internas à família, mas a agroecologia é um elemento essencial para contribuir na superação dessa realidade. A pesquisa relata que as mulheres conseguiram construir relações diferenciadas no trabalho doméstico e nas suas diferentes tarefas. Nesse sentido,

a agroecologia contribuiu para as mudanças nas relações. Esse é um elemento chave quando trabalhamos o conceito de feminismo camponês e popular, porque é um feminismo que se promove juntamente com a construção de uma agricultura sem transgênicos, sem agrotóxicos e pela vida (Cinelli, 2016, p. 106).

O Feminismo Camponês e Popular está presente na luta e na construção diária de atitudes em prol da libertação e da mudança nas relações entre as pessoas e destas com a natureza, assim como está na resistência e no enfrentamento ao agronegócio, cotidianamente desafiando a prática e a socialização do cuidado. Esse cuidado não deve recair somente sobre as mulheres “cuidadoras”, ele é tarefa e valor de todas as pessoas.

Como exposto por Calaça e Seibert (2017), em artigo apresentado no Congresso Brasileiro de Agroecologia:

É possível perceber que as camponesas organizadas no MMC fundam o seu feminismo camponês e

popular em três elementos: a luta de classes (pois entendem que a superação da sociedade capitalista é a única forma possível de construir real liberdade para todas as pessoas, em especial para as mulheres), a luta feminista pelos direitos e autonomia política das mulheres e a luta por um projeto de agricultura camponesa e agroecológica (2017, p. 4).

Para concluir, podemos destacar, em síntese, o que as camponesas organizadas no MMC disseram, no seu último Seminário Internacional sobre o Feminismo Camponês e Popular realizado em Brasília em 2017: que esse feminismo representa e nomeia as lutas que elas já travam há muito tempo. É como se perceber dentro do rio, se encharcando nele, teoricamente, ao mesmo tempo em que se dão conta de que já beberam dessa água há bem mais tempo. O Feminismo Camponês e Popular, na metáfora do rio, é que ajuda a descrever o que é ainda difícil de registrar. É a água que mata a sede e pode ser bebida, porque não está contaminada, mas ao matar a sede do corpo, causa sede de conhecimento e a libertação de todas mulheres. É um rio que precisa de mais igarapés para se fazer cada vez mais forte contra o patriarcado, contra o capitalismo e os reacionarismos antidemocráticos deste momento que estamos atravessando, no Brasil e em parte das Américas.

Referências

- Alves, B., & Pitanguy, J. (2003). *O que é feminismo?* São Paulo, SP: Brasiliense.
- Beauvoir, S. (1980a). *O segundo sexo*. v. I. Rio de Janeiro, RJ: Nova fronteira.
- Beauvoir, S. (1980b) *O segundo sexo*. v. II. Rio de Janeiro, RJ: Nova fronteira.
- Butler, J. (1998). Fundamentos contingentes: o feminismo e o pós-modernismo. *Cadernos Pagu*. 11, 11-42.
- Butler, J. (2010). *Problemas de gênero, feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Calça, M., & Seibert, I. (2017). *Aproximações teórico/político entre a agroecologia e o feminismo camponês popular do MMC*. Brasília, DF. (Anais ainda não publicados)
- Cinelli, C., & Mezdari, A. M. (2014). *A construção do feminismo no Movimento de Mulheres Camponesas*. [texto impresso].
- Cinelli, C. (2012). *Programa de sementes crioulas de hortaliças: experiência e identidades no Movimento de Mulheres Camponesas*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí.
- Cinelli, C. (2016). *O educativo na experiência do Movimento de Mulheres Camponesas: resistência, enfrentamento e libertação*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Cisne, M. (2014). *Feminismo e consciência de classe*. São Paulo, SP: Cortez.
- Cloc. (2016). *¿Quiénes somos?* Recuperado de: <http://www.cloc-viacampesina.net/>
- Conte, I. I., Martins, M. D., & Daron, V. P. (2009). Movimento de mulheres camponesas: na luta a construção de uma identidade feminista, popular e camponesa. In Paludo, C. (Org.). *Mulheres, luta e resistência em defesa da vida* (pp. 86-132). São Paulo, SP: Cebi.
- Conte, I. I. (2011). *Mulheres camponesas em luta: resistência, libertação e empoderamento*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Unijuí.
- Conte, I. I. (2014). *O processo educativo da luta e do trabalho das mulheres: Via Campesina no Brasil, UNORCA/UNMIC e CONAMI no México*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Conte, I. I., Weschenfelder, N. V., & Cinelli, C. (2010). A Construção do feminismo e da identidade camponesa no Movimento de Mulheres Camponesas. *Fazendo Gênero*. 9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, 23 a 26 de agosto de 2010. Recuperado de: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/>
- Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Duriguetto, M. L. (2014). A questão dos intelectuais em Gramsci. *Revista Serviço Social e Sociedade*, 118, 265-293.
- Freire, P., & Nogueira, A. (1993). *Que fazer: teoria e prática da educação popular*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, RJ: Graal.

Foucault, M. (1996). *A ordem do discurso*. São Paulo, SP: Loyola.

Foucault, M. (2007). *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo, SP: Martins Fontes.

Kergoat, D. (2009). Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In Hirata, H. et al. (Orgs.). *Dicionário crítico do feminismo* (pp. 67). São Paulo, SP: UNESP.

Lyotard, J. (1998). *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro, RJ: José Olympio.

Marx, K. (2010). *O capital: Crítica da economia política*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.

Mészáros, I. (2002). *Para além do capital*. São Paulo, SP: Boitempo.

Movimento de mulheres camponesas. (2008). *MMC/SC: Uma história de organização, lutas e conquistas*. Chapecó, SC: Gráfica Rota.

Ploeg, J. D. V. D. (2008). *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2008.

Saffioti, H. (1969). *A mulher na sociedade de classes. Mito e realidade*. São Paulo, SP: Quatro Artes.

Saffioti, H. (2004). *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo.

Santos, M. K. C. A. (2012). *Rompendo a cerca do isolamento: as relações entre a agroecologia e as questões de gênero*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

Silva, C. S. (2011). Pensar o futuro, bem viver o presente. *Cadernos de Crítica Feminista*, (4), 100-111.

Souza-Lobo, E. (2011). *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo.

Stédile, J. P., & Carvalho, H.M. (2012). Soberania alimentar. In Caldart, R. S., Pereira, I. B., Alentejano, P., & Frigotto, G. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo* (pp. 716-725). Rio de Janeiro, RJ; São Paulo, SP: Expressão popular.

Zetkin, C. (1896). *Apenas junto com as mulheres proletárias o socialismo será vitorioso*. Berlim: Marxist.org. Recuperado de: <https://www.marxists.org/portugues/zetkin/1896/10/16.htm>

ⁱAo mencionar que somos militantes e intelectuais orgânicas do MMC, queremos evidenciar que os elementos trazidos neste artigo são oriundos de pesquisas realizadas pelas autoras em três dissertações e duas teses. Valemo-nos também da vivência e das experiências na construção dos debates e práticas do Feminismo Camponês e Popular no âmbito do MMC.

ⁱⁱ Elisabeth Souza-Lobo (2011) trabalha a questão da luta geral como sendo aquela dos trabalhadores entendida como a luta de todos, ou por todos, sem, no entanto, considerar as especificidades das mulheres trabalhadoras nas fábricas. Existe amplo debate no feminismo sobre a luta geral e a luta específica.

ⁱⁱⁱ É importante salientar que, mesmo o regime militar, não ousou retirar os direitos trabalhistas conquistados pelos trabalhadores no Estado Novo (1943), mas esses direitos se restringiram, em sua maioria, a trabalhadores urbanos.

^{iv}De acordo com Santos (2012, p. 37), a “Revolução Verde foi um amplo programa, iniciado nos meados do século 20, idealizado para aumentar a produção agrícola no mundo por meio de melhorias genéticas em sementes, uso intensivo de insumos industriais, mecanização e redução do custo de manejo –, ferramenta ideal para a transformação da

agricultura em uma atividade capitalista e geradora de lucro e mais-valia”.

^vOs estudos realizados sobre a história da extensão rural no Brasil, a exemplo de Maria Tereza Lousa Fonseca, em *A extensão Rural no Brasil, um projeto educativo para o capital*, demonstram que praticamente toda a extensão rural brasileira era feita por homens, pelo menos no que se refere à produção. Outra referência importante nesse debate é a pesquisa realizada no âmbito da reunião Especializada da Agricultura Familiar do Mercosul (REAF) que consta em nossa bibliografia; como também o estudo qualitativo sobre a implantação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) a partir da vigência da lei nº 12.188/2010 (Lei de ATER) e seus instrumentos, realizado no período de agosto de 2013 a outubro de 2014, sobre as chamadas públicas executadas em 2010 e 2011, feito pelo NEAD/MDA/FAO.

^{vi} Essa é uma importante reflexão para pensar a conjuntura atual (2017/2018), pois em tempos de golpe e retrocessos de direitos, só as trabalhadoras e os trabalhadores organizados e em luta podem reverter esse quadro de derrota vivenciado no Brasil e na América Latina.

^{vii} A Cloc surgiu entre 1989 e 1992 por ocasião das manifestações dos 500 anos de resistências indígena, negra e popular na América Latina, cujo I Congresso ocorreu em Lima/Peru em 1994. O segundo Congresso aconteceu no Brasil, em 1997, e nessa ocasião as mulheres da Cloc realizaram a sua Primeira Conferência de Mulheres do Campo. Fonte:

<http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/c/cloc>.

^{viii} Via Campesina é um movimento internacional que reúne organizações locais e nacionais em 73 países da África, Ásia, Europa e das Américas. É uma articulação autônoma, pluralista e multicultural, independente de qualquer vinculação política, econômica ou de outro tipo (Via Campesina, 2016).

^{ix} *La Via Campesina Brasil* é composta pelos seguintes movimentos: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Articulação dos Povos Indígenas (APIB), Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), Associação dos Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Coordenação Nacional das Comunidades

Quilombolas (CONAQ), Associação de Assalariados Rurais (ADERE), Movimento dos Atingidos pela Mineração (MAM). Consta também, segundo uma circular da Via Campesina, referente ao seu último congresso ocorrido em Jacarta/Indonésia no ano de 2013, o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP).

^x Pesquisa realizada no estado da Paraíba, nos três territórios de atuação do Programa P1+2, em 2010 e 2011: o território da Borborema, o Sertão central e o Cariri (oriental e ocidental). Foram entrevistadas 11 camponesas de cada território.

^{xi} A educação popular pensada por Freire e Nogueira (1993, p. 19) enfatiza: “Entendo a educação popular como o esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares; capacitação científica e técnica ... Em uma primeira ‘definição’, eu a aprendo desse jeito. Há estreita relação entre escola e vida política”.

^{xii} Usamos aqui apenas o termo “camponeses”, pois a relação da esquerda era, de fato, com homens, desconsiderando as mulheres.

^{xiii} 2010 é considerado um marco na discussão do Feminismo Camponês e Popular, pois foi realizada a IV Assembleia de Mulheres da Cloc no Equador e, nela, esse tema apareceu com mais força.

^{xiv} Essas palavras são atribuídas a Rosa Luxemburgo, como parte de um discurso realizado pela militante no Congresso do Partido Social Democrata Russo (POSDR), realizado em Londres no ano de 1907. Nós encontramos muitas referências a essa tradução, mas não conseguimos os relatos do congresso nem em português, nem em espanhol e nem mesmo em inglês.

^{xv} Não temos dúvidas da importância do trabalho considerado reprodutivo e de cuidados para a manutenção econômica, social e psicológica da humanidade. Contudo, deixar evidente que as camponesas nunca fizeram apenas esse trabalho é importante para compreender as diferenças da construção do Feminismo Camponês e Popular.

^{xvi} Sobre a sua história, ler: http://siemprelatina.com/latinas_destacadas/la-india-juliana/

Informações do artigo / Article Information

Recebido em : 19/02/2018
Aprovado em: 10/05/2018
Publicado em: 23/12/2018

Received on February 19th, 2018
Accepted on May 10th, 2018
Published on December 23th, 2018

Contribuições no artigo: As autoras foram responsáveis pela elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do artigo, e aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The authors were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de interesse: As autoras declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Orcid

Michela Calaça

 <http://orcid.org/0000-0003-3694-4129>

Isaura Isabel Conte

 <http://orcid.org/0000-0002-5600-6984>

Catiane Cinelli

 <http://orcid.org/0000-0002-7006-0098>

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Calaça, M., Conte, I. I., & Cinelli, C. (2018). Feminismo camponês e popular: uma história de construções coletivas. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 3(4), 1156-1183. DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2018v3n4p1156>

ABNT

CALAÇA, M.; CONTE, I. I.; CINELLI, C. Feminismo camponês e popular: uma história de construções coletivas. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 3, n. 4, set./dez., p. 1156-1183, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2018v3n4p1156>